

Administração Pública

O direito de acesso e o desafio da permanência no ensino superior enfrentado por estudantes cotistas

ALINE DA CUNHA MIRANDA - 5º módulo de Administração Pública, bolsista PIBIC/UFLA.

Nathalia de Fatima Joaquim - Docente do Departamento de Administração e Economia – UFLA. - Orientador(a)

Resumo

A publicação da Lei 12.711, conhecida como lei das cotas, instituiu no ano de 2012 a obrigatoriedade de reserva de vagas para ingresso em Instituições Federais de ensino superior aos estudantes provenientes de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e classificados como estudantes de baixa renda. O objetivo da lei é promover igualdade de acesso à educação superior a grupos socialmente excluídos. Tendo isso em vista, o objetivo da pesquisa é verificar se o advento da referida Lei a partir de sua implementação, entre os anos de 2013 a 2019, conseguiu promover o acesso de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e provenientes de famílias de baixa renda, tendo como foco os números de ingressantes e concluintes dentro da categoria analisada, nos cursos de graduação de duas Universidades Federais sediadas em Minas Gerais. Os resultados alcançados com a pesquisa têm como base as discussões de Bourdieu e Passeron (1975) sobre a reprodução do sistema de ensino. Para o alcance do objetivo proposto está sendo realizada uma análise documental dos instrumentos regulatórios da lei das cotas, decretos que antecederam e complementaram a lei, em consonância com a exploração de dados quantitativos sobre a relação temporal do número de ingressantes e concluintes, pertencentes a categoria analisada, composta por: candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, por meio de dados secundários disponibilizados pelas Universidades focos deste estudo. Nos dados já analisados, é possível verificar que existe maior volume de matrículas de estudantes pertencentes a essa categoria ao longo do recorte temporal estudado. Em contraste a esse resultado, é possível verificar números desproporcionais quanto ao total de concluintes pertencentes a tal categoria. Os resultados da pesquisa, ainda em andamento, permitem elencar desafios em torno da efetividade da lei de ações afirmativas e reafirmar a importância e necessidade de políticas voltadas para a permanência de estudantes no ensino superior. Para tanto, é fundamental que tais políticas sejam plurais e equitativas, e possibilitem a efetiva inclusão, permitindo o desenvolvimento e a conclusão dos cursos de graduação à estudantes que fazem jus ao direito de ingressar no ensino superior.

Palavras-Chave: cotas, permanência, assistência estudantil.

Instituição de Fomento: Universidade Federal de Lavras

Link do pitch: <https://youtu.be/Dg4s-uh3J5A>